

INDIVÍDUO E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

INDIVIDUAL Y EDUCACIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EMANCIPACIÓN HUMANA

INDIVIDUAL AND EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF HUMAN EMANCIPATION

Marismênia Nogueira dos Santos¹
ORCID 0000-0002-3538-5129

Maria Núbia de Araújo²
ORCID 0000-0002-6386-8021

Ruth Maria de Paula Gonçalves³
ORCID 0000-0003-0070-4123

Ciro Mesquita de Oliveira⁴
ORCID 0000-0002-2463-664X

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir o desenvolvimento do indivíduo e do complexo da educação como perspectiva da formação humana. A pesquisa utiliza a metodologia que se adequa à natureza teórico-bibliográfica sobre o desenvolvimento do indivíduo e sua relação com o complexo da

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Analista em Gestão Educacional do Estado de Pernambuco. Pesquisadora-colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO) E-mail: marismenia.santos@aluno.uece.br.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Mestre em Educação pelo mesmo Programa, Licenciada em Pedagogia pelo Centro de Educação (CED-UECE). Professora da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia do município de Caucaia-Ceará. E-mail: nubia.araujo@aluno.uece.br.

³ Doutora em Educação. Coordenadora do Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho NUSOL/UECE. E-mail: depaularuth@gmail.com.

⁴ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Professor da rede particular de ensino superior e da rede municipal de Fortaleza-CE, Formador de professores do ensino fundamental anos iniciais. E-mail: ciro.mesquita16@gmail.com

Como referenciar este artigo:

SANTOS, M. N.; ARAÚJO, M. N.; GONÇALVES, R. M. P; OLIVEIRA, C. M. Indivíduo e Educação na Perspectiva da Emancipação Humana. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-20, ano 2021.

DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.6296>

educação, a partir de uma investigação crítica com base nas contribuições da ontologia do ser social e da psicologia histórico-cultural. Por situar-se em uma investigação crítica, busca apreender a natureza própria, as contradições, as possibilidades e os limites do processo social de formação humana. O artigo está dividido em três partes: na primeira, tratamos sobre o que é o indivíduo como ser social e cultural; na segunda, analisamos a formação do indivíduo na sociedade do capital; e, por fim, abordamos o processo de educação na perspectiva da emancipação humana. Conclui-se que somente a partir de uma compreensão histórica dos processos de formação do indivíduo e da análise do complexo educativo, pelo qual se efetiva esse processo de formação é possível uma contribuição na busca da emancipação humana.

Palavras-chave: Indivíduo. Educação. Emancipação humana.

Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir el desarrollo del individuo y el complejo educativo como perspectiva de la formación humana. La investigación utiliza la metodología que se adapta al carácter teórico-bibliográfico sobre el desarrollo del individuo y su relación con el complejo educativo, a través de una investigación crítica, basada en los aportes de la ontología del ser social y la psicología histórico-cultural. Al situarse en una investigación crítica, busca aprehender su propia naturaleza, las contradicciones, posibilidades y límites del proceso social de formación humana. El artículo se divide en tres partes: en la primera tratamos lo que es el individuo como ser social y cultural; en el segundo analizamos la formación del individuo en la sociedad capital; finalmente, abordamos el proceso educativo en la perspectiva de la emancipación humana. Se concluye que sólo desde una comprensión histórica de los procesos de formación del individuo y el análisis del complejo educativo, a través del cual este proceso de formación es efectivo, es posible un aporte en la búsqueda de la emancipación humana.

Palabras clave: Individuo. Educación. Emancipación humana.

Abstract:

The objective of this work is to discuss the development of the individual and the education complex as a perspective of human formation. The research uses the methodology that suits the theoretical-bibliographic nature about the development of the individual and its relationship with the education complex, through a critical investigation, based on the contributions of the ontology of the social being and the historical-cultural psychology. When taking part in a critical investigation, it seeks to apprehend its own nature, the contradictions, possibilities and limits of the social process of human formation. The article is divided into three parts: in the first, we deal with what the individual is as a social and cultural being; in the second, we analyze the formation of the individual in the capital society; finally, we approach the education process from the perspective of human emancipation. It is concluded that only from a historical understanding of the formation processes of the individual and the analysis of the educational complex, through which this formation process is effective, a contribution in the search for human emancipation is possible.

Keywords: Individual. Education. Human emancipation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho expressa a relação entre o desenvolvimento dos indivíduos e o complexo da educação na sociedade do capital. Trata-se de uma exposição sintética que destaca elementos da formação dos indivíduos no modo capitalista de produção. O objetivo deste artigo é discutir o desenvolvimento do indivíduo e do complexo da educação como perspectiva da formação humana.

A pesquisa utiliza a metodologia que se adequa à natureza teórico-bibliográfica com base nas contribuições de Marx (2010), Lukács (2013), Leontiev (2004), Mészáros (2003) sobre o desenvolvimento do indivíduo e sua relação com o complexo da educação, a partir de uma investigação crítica. Segundo Tonet (2005), para Marx, crítica não tem um sentido estrito, depreciativo ou apenas ontológico ou epistemológico; crítica significa, pois, o exame da lógica do processo social, considerando que este é um produto da atividade humana, de modo a apreender a sua natureza própria, suas contradições, suas tendências, aspectos positivos e negativos.

O texto encontra-se organizado em três partes: a primeira trata sobre o que é o indivíduo como ser social e cultural; a segunda discute a formação do indivíduo na sociedade do capital; a terceira aborda o processo de educação na perspectiva da emancipação humana. Ademais, discutimos, conforme Moraes (2007), que a base da individualidade constitui-se um processo histórico, desconstruindo as concepções naturalizadas do ser social, a-histórico e imutável. Assim, no que se refere à função da educação como complexo responsável pela produção da humanidade do homem e a possibilidade de desenvolvimento e de realização dos indivíduos como partícipe do gênero humano.

1. CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SER SOCIAL COMO INDIVÍDUO CULTURAL

O trabalho é compreendido como categoria fundante do ser social na ontologia marxiana, recuperada por Lukács (2013). Esta se destaca pela assimilação histórica e materialista da atividade humana, pois concebe os indivíduos em suas relações reais, afastando-se das concepções abstratas do ser. “São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

O pressuposto da ontologia marxiana/lukacsiana demonstra que os homens vivem efetivando uma contínua transformação da natureza. O resultado deste processo é previamente planejado na consciência do trabalhador, descobrindo os fins e os meios que orientam as ações e os objetos posteriores, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013).

O trabalho é a base dinâmica e estruturante do desenvolvimento do ser social, ato gênese da humanidade, pois ao longo dos anos o homem, no intercâmbio com a natureza, produz constantemente o novo. Desse modo, o devir-humano dos homens configura-se como resultado de atos teleologicamente orientados, tanto individuais quanto coletivamente.

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

O trabalho é o complexo responsável pela ruptura com o campo estrito da natureza. Este inaugura novos elementos nas relações sociais entre os homens. Eles constroem e desenvolvem a sociabilidade, possibilitando outras mediações. “O segundo ponto [...] é a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Ao desenvolver um novo objeto, este possibilita ao homem uma série de novas necessidades e possibilidades. Simultaneamente, ao construir tal objeto, o homem adquire conhecimentos e habilidades, transforma a si e constrói um mundo humano. Nesse processo ocorre um acúmulo histórico ineliminável, no qual homem e objeto são sempre diferentes à medida que desenvolvem e adquirem novas características. “Essa é a base ineliminável do mundo dos homens” (LESSA; TONET, 2008, p. 17). A transformação da natureza está para a produção e para a reprodução da sociedade, pois:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados de cadeia

a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 45).

Nessa produção da existência material, o homem criou objetos e com estes surgiram novas necessidades e possibilidades. No cultivo da terra e na criação de animais, o homem imprimiu sua soberania em relação à natureza e superou suas limitações biológicas, afastando-se cada vez mais das barreiras naturais, consolidando sua característica genuína: “O ser da esfera da vida está baseado na natureza inorgânica de modo tão irrevogável quanto o ser social o está no conjunto do ser natural” (LUKÁCS, 2013, p. 172).

A orientação desenvolvida pela ciência progressista parte da ideia de que o homem é um ser de natureza social. O que há de humano nele são resultados da vida em sociedade, isto é, no seio da cultura criada pela humanidade (LEONTIEV, 2004).

O trabalho configura-se como atividade vital consciente, sensível, eterna e ineliminável na relação do homem com a natureza. É a essência da atividade vital humana e, através dele, faz-se a produção do novo. Portanto, é o momento predominante que inaugura o novo ser, o ser social, o ser humano. Tal complexo é responsável pelas reflexões e transformações em que se configura a formação do indivíduo. No novo objeto tem-se o fundamento do desenvolvimento da sociabilidade.

O homem distingue-se radicalmente das espécies animais, até mesmo das mais desenvolvidas. “Quanto a saber onde é que os diversos autores viam esta diferença e como a explicavam, isso, é outra história” (LEONTIEV, 2004, p. 279). Para esse psicólogo soviético, o processo de hominização é a:

[...] passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas às leis sócio-históricas (LEONTIEV, 2004, p. 279).

Segundo o referido autor, para a paleoantropologia, a “passagem dos animais ao homem [...] trata-se de um longo processo que compreende toda uma série de estádios” (LEONTIEV, 2004, p. 280). O primeiro deles é a preparação biológica do homem. Começa no fim do terciário e prossegue no início do quaternário. Os australopitecos eram animais que levavam uma vida gregária; conheciam a posição vertical e serviam-se de utensílios

rudimentares, não trabalhados; possuíam meios primitivos de comunicação entre si. Nesse momento, segundo Leontiev (2004), predominavam as leis da biologia.

O segundo estágio abrange uma série de grandes etapas até a passagem ao homem, desde o aparecimento do pitecantropo, à época do homem de Neanderthal. Estádio este definido pelo início da fabricação de instrumentos e pelas primeiras formas embrionárias de trabalho e de sociedade. A formação do homem era ainda submetida às leis biológicas, pois traduzia-se em alterações anatômicas, transmitidas de geração em geração pela hereditariedade. Simultaneamente, com o aparecimento de elementos novos no seu desenvolvimento, a produção do trabalho e da comunicação pela linguagem foi-se complexificando e suscitou modificações na constituição anatômica do homem, do seu cérebro, dos seus órgãos dos sentidos, da sua mão e dos órgãos da linguagem. Em síntese, o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção (LEONTIEV, 2004).

A produção dos meios de subsistência era um processo social com leis objetivas próprias, leis sócio-históricas. O trabalho é a atividade humana criadora e produtiva fundamental, por meio do qual o homem se apropria da cultura. Esse processo proporciona o desenvolvimento do homem a partir da produção de instrumentos, constituindo-se em um produto da cultura material, pois essa produção de bens materiais desencadeia o desenvolvimento cultural do gênero humano.

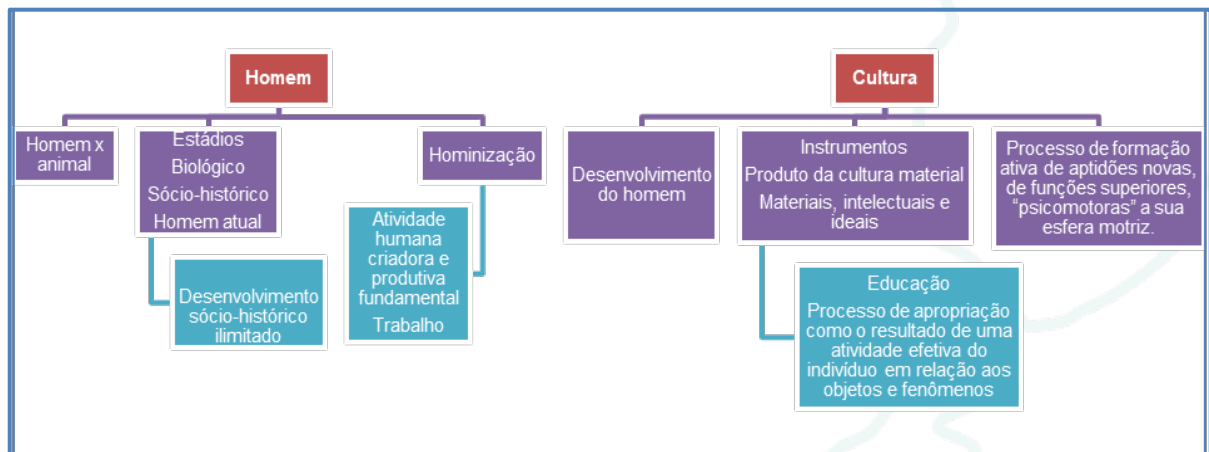
O processo de formação ativa as novas aptidões, as funções superiores e “psicomotoras”, desenvolvendo sua esfera motriz. A educação leva a efeito essa formação, pois se constitui um processo de apropriação, como o resultado de uma atividade efetiva do indivíduo em relação aos objetos e fenômenos.

Assim, Leontiev (2004) demonstra que o processo e a formação dos indivíduos passam por um terceiro estágio com o aparecimento do homem atual na esfera sócio-histórica, constituindo a etapa da viragem, fornecendo ao homem desenvolvimento ilimitado:

[...] a evolução do homem se liberta totalmente da sua dependência inicial para com as mudanças biológicas inevitavelmente lentas, que se transmitem por hereditariedade. Apenas as leis sócio-históricas regerão doravante a evolução do homem (LEONTIEV, 2004, p. 281).

Esse processo descrito anteriormente foi sintetizado no mapa conceitual sobre o processo de desenvolvimento do homem e da cultura por Leontiev (2004), com base no livro “O desenvolvimento do psiquismo”.

Figura 1 - O processo de desenvolvimento do homem



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Leontiev (2004).

Por fim, a formação da história humana passa por um processo de complexificação e necessita ser repassada para novas gerações. O complexo responsável por essa tarefa de reprodução social é a educação. Nessa direção, com o surgimento da escola, a educação escolar fará o papel mediador entre a esfera da vida cotidiana e as esferas não cotidianas na prática social do indivíduo (DUARTE, 2007). Portanto, terá como função social a formação dos conceitos que devem ocorrer no cotidiano, isto é, partir do cotidiano para a elevação e apreensão dos conhecimentos científicos, artísticos, culturais e filosóficos em suas formas mais desenvolvidas, consolidando, assim, a reprodução individual e a reprodução social.

Na dialética entre objetivação e apropriação, proposta por Duarte (2013), ao distinguir entre o processo de humanização e de alienação, o autor esclarece o significado de gênero humano como exigência da formação da individualidade livre e universal. Nessa direção, há indicações de que a formação humana consiste na passagem do indivíduo da condição em-si à condição para-si, isto é, superando o processo de humanização do

indivíduo particular condicionado pelas suas circunstâncias a um indivíduo cada vez mais universal, livre e racional.

Assim, a apropriação da cultura acumulada se dá por meio do desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Estas têm como base as funções psíquicas elementares, com o desenvolvimento e o controle delas, as quais são naturais e comuns a todos os animais, portanto, garantidas pela natureza como forma de sobrevivência e perpetuação das diversas espécies animais. Nas palavras de Leontiev (2004, p. 255):

[...] o que nos animais resulta da herança biológica resulta no homem de uma assimilação, isto é, de um processo de hominização do psiquismo da criança. A criança, no momento do seu nascimento, não passa de um candidato à humanidade, mas não a pode alcançar no isolamento: deve *aprender* a ser um homem na relação com os outros homens. Com efeito, tudo que há de especificamente humano no psiquismo forma-se no decurso da vida. Mesmo nas esferas das suas funções sensoriais (todavia tão elementares, poder-se-ia crer) produz-se uma constante reorganização que dá origem a faculdades sensoriais absolutamente *novas*, por assim dizer, próprias exclusivamente do homem.

A função psicológica é a faculdade ou a propriedade de ação e atitude disponível no psiquismo humano, como a captação da realidade objetiva. Estas compõem uma exclusividade humana, uma vez que os animais são capazes de atentar, de memorizar, de sentir e de perceber. Os seres humanos desenvolvem essas capacidades de modo muito mais complexo, propiciando mudanças e transformações comportamentais.

O desenvolvimento das Funções Psíquicas Superiores (FPS), como atenção, memória, imaginação é essencial para que o pensamento e a linguagem organizem-se em sistemas funcionais e depende da convivência dos seres humanos com seus pares. Esse desenvolvimento carece da função do professor para que ocorra a superação do biológico pela utilização de mediações produzidas a fim de suprir necessidades postas historicamente.

Para a psicologia histórico-cultural, o ensino é o sistema de organização dos meios pelos quais se transmite ao indivíduo a experiência elaborada pela humanidade, considerado eficiente aquele ensino que se adianta ao desenvolvimento. “O conteúdo trabalhado pelo professor, no processo educativo, cria, individualmente, novas estruturas mentais ou neoformações evolutivas, decorrentes dos avanços qualitativos no desenvolvimento da criança” (FACCI, 2004, p. 230). Na relação da criança com o adulto, a

educação escolar tem o objetivo de organizar de modo adequado o controle das funções psíquicas do indivíduo.

Desse modo, o papel do professor constitui-se em uma mediação entre os conhecimentos prévios, cotidianos dos alunos e a apresentação e a ampliação do repertório sociocultural, proporcionando o acesso e a assimilação por parte dos alunos aos conhecimentos historicamente acumulados.

A ontologia do ser social compreende o trabalho, a educação e a formação humana como pressupostos onto-históricos de uma educação emancipatória. Esses elementos são alicerces para a análise dos processos de formação do indivíduo no contexto do capitalismo contemporâneo, em que o trabalho assalariado e alienado determina uma educação voltada para a reprodução do capital, na qual o processo de mercantilização do ensino e seus desdobramentos sobre a formação da força de trabalho se expressam no esvaziamento dos conteúdos e na desvalorização do papel dos professores.

Assim, entre os “novos” paradigmas hegemônicos nas políticas educacionais brasileiras no contexto contemporâneo encontram-se as teorias vinculadas à reprodução do capitalismo, portanto, voltadas para relações sociais alienadas, limitadoras e unilaterais do desenvolvimento dos indivíduos.

2. FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE DO CAPITAL

De acordo com Mészáros (2003), o capital expressa uma grande contradição: enquanto o seu lema é a liberdade individual, carrega no emaranhado do cotidiano a exploração e as amarras do trabalhador para que prevaleça o lucro. O capitalismo pode, no máximo, expressar momentaneamente em um modelo pautado na regulação estatal para o bem-estar social e com isso dirimir provisoriamente o antagonismo entre as classes, mas não é capaz de resolver as suas contradições estruturais e, assim, realizar o fim da exploração do trabalho. “Independente das alegações da atual ‘globalização’, é impossível existir universalidade no mundo social sem igualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2003, p. 17).

Para Mészáros (2003, p. 17), “A potencialidade da tendência universalizante do capital, por sua vez, se transforma na realidade da alienação desumanizante e na

reificação.” A globalização é alienante, o sistema capitalista a utiliza como estratégia de universalidade e mundialização, porém, facilmente compreendemos sua contradição quando refletimos acerca da distribuição da produção humana, pois nem todos têm acesso à produção científica. Em relação à saúde, por exemplo, boa parte da população brasileira não tem condições de pagar por medicamentos indicados como essenciais ao combate de uma doença que lhe acomete.

A lógica capitalista, em decorrência de suas crises, exige reestruturações periódicas no cotidiano do indivíduo, de tal modo que a permanência dessas relações o torna estranho à sua própria realidade, provocando assim, o individualismo acentuado e a disputa entre os homens. Isso transforma a sociedade em um caos e aproxima os seres humanos cada vez mais da barbárie. Assim, nos moldes da sociedade atual, encontra-se a razão dos homens pensarem, agirem e viverem sob a ordem de um sistema capitalista. Para Lessa (2007, p. 110): “o capital é uma criação humana que se volta a escravizar os próprios homens.” Contudo, na sociedade dividida em classes, a exploração acontece exatamente do homem pelo homem.

Como resultado do antagonismo entre as classes, que também se dá pela definição econômica particular de cada indivíduo, a vida humana é transformada em uma grande disputa, fruto da concorrência exacerbada. Porém, existem nesse sistema – e aqui se encontra a grande massa popular – os que não têm ao que concorrer, mas disputam o emprego, a casa para morar, a refeição diária, a saúde e a educação: necessidades básicas que lhes são negadas. Com essa disputa, é suscitado, com maior intensidade, o individualismo entre os seres humanos. Para Tonet (2007, p. 25):

[...] a produção da desigualdade social não é um defeito, mas algo que faz parte da natureza mais essencial desta matriz geradora do capitalismo. O que, por sua vez, significa que é impossível construir, a partir dela, uma autêntica comunidade humana, vale dizer, humanizar o capital.

A classe dominante aparelha o trabalho de forma que controle e administre a relação com a natureza, constituindo o trabalho intelectual, enquanto a classe dominada produz o trabalho manualmente. Segundo Marx (1985, p. 17): “como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma criação da mão humana para consumir produtivamente as forças da natureza.” A relação entre o burguês e o proletariado é de

opressão, pois a classe dominante explora o trabalho do operário, a classe dominada. Isso faz com que o segundo grupo não produza apenas para a sua sobrevivência, mas para o acúmulo da riqueza do primeiro.

A divisão do trabalho torna o trabalhador cada vez mais unilateral e dependente. O que dela decorre é a concorrência entre homens e máquinas. Outra consequência do processo de desenvolvimento dos meios de produção e das forças produtivas é a sobreprodução, que impõe aos trabalhadores o recebimento de um mísero salário.

A redução do homem à máquina e aos determinantes biológicos como naturalização das relações de produção aparece como obstáculos à sobrevivência dos trabalhadores. A concorrência aumenta entre eles devido ao aumento do número de pessoas à procura de trabalho, a infelicidade da sociedade é a finalidade da economia nacional. Nas palavras de Marx (2010, p. 27):

Na medida em que o número de capitalistas se reduziu, quase deixou de existir a sua concorrência em relação aos trabalhadores e, na medida em que o número de trabalhadores se elevou, a concorrência desses entre si tornou-se tanto maior, mais inatural e mais violenta. Por isso uma parte da classe trabalhadora (*Arbeiterstand*) cai, assim necessariamente na classe dos miseráveis ou mortos de fome (*Bettel-oder Verhungerungstand*), tal como uma parte dos capitalistas médios [decai] na classe trabalhadora.

O capital controla a dimensão libertadora do trabalho. “Consequentemente, a força estruturante horizontal só pode desenvolver-se até o ponto em que permanece sob o controle firme da dimensão vertical no horizonte reprodutivo do capital ” (MÉSZÁROS, 2003, p. 18). Ou seja, o desenvolvimento produtivo permanece contido nos parâmetros imperativos do capital.

No capitalismo não há a intenção de facilitar aos sujeitos a liberdade e o conhecimento do processo histórico e cultural dos quais fazem parte. Assim, a reprodução do ser social forma-se a partir de diversos complexos construídos pelo homem, entre eles: a educação, a arte, o direito, entre outros.

Nesses termos, o conhecimento e a educação devem servir à manutenção social, considerada um complexo estratégico nesse contexto, pois dá sentido à construção de uma nova base cognitiva e uma narrativa que corroboram com o *status quo* dessa forma

de sociabilidade. Desse modo, a consciência estranhada configura-se, assim, uma arma voltada contra a própria classe trabalhadora.

De acordo com Mészáros (2009), a crise estrutural do capital⁵ vem provocando, cada vez mais, o processo de exploração do homem, da sua força de trabalho, do individualismo e da alienação:

A crise que se aprofunda no sistema estabelecido não pode ser resolvida em termos de simples expansão da “produção de riqueza”, já que em sua estrutura “riqueza” se iguala a mais-valia, e não a produção de valor de uso pela aplicação criativa do tempo disponível (MÉSZÁROS, 2009, p. 618-619).

Destarte, as atividades sociais, inclusive a educação, passam a ser alvo dessa crise. Segundo Mészáros (1981, p. 273), a educação tem duas funções principais: “1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e 2) a formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político”. Com isso, a burguesia manipula, por intermédio do sistema educativo, a consciência da classe trabalhadora, contribuindo com a exploração da classe dominada pela dominante.

A educação é um “[...] complexo sempre aberto e contraditório de produção de individualidades compatíveis às exigências de determinado tipo de sociedade [...]” (COSTA, 2007, p. 26). Portanto, no advento do capitalismo, a educação consegue atingir um espaço maior do que o já existente em outras sociedades. No interior da sociabilidade do capital, ela recebe uma função essencial, que é a de educar os indivíduos para o trabalho. Ao longo da história da educação, vemos essa aproximação, porém, nas sociedades mais desenvolvidas, essa função vem sendo cada vez mais concretizada e de forma cruel, pois, de fato, serve para acomodar os indivíduos ao trabalho explorado.

3. PROCESSO DE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

⁵ A crise está no atual estágio do capitalismo. As críticas da trajetória descendente da economia global e pelos excessos no sistema financeiro internacional mostram sua profundidade, cuja superação vai além de quantias destinadas para pagar a dívida global. Apresenta as falhas das tentativas de melhorias de social-democratas, keynesianos ou teoria desenvolvimentista. Assim, reafirma a importância na busca de uma sociabilidade com novas formas de produzir e viver.

A reflexão sobre a natureza da educação na sociedade capitalista incorre nos caminhos de demonstrar historicamente seus limites e suas possibilidades, para que possamos compreender sua função social em determinado momento histórico e determinada forma de sociabilidade (TONET, 2005). A natureza essencial de um fenômeno social específico permite-nos assimilar seu papel no momento do processo social. Esse processo de assimilação do papel da educação é necessário, pois:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente *dadas* aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas *postas*. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles *as suas* aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança *aprende* a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, um processo de *educação* (LEONTIEV, 2004, p. 290).

O complexo da educação surge após o processo de transformação da natureza pelo trabalho, com a função principal de garantir a cada nova geração a transmissão histórica e cultural da humanidade. A educação constitui-se, então, de dois momentos, como revela Lukács (2013, p. 177):

[...] entre educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo não pode haver uma fronteira que possa ser claramente traçada em termos ideais, não pode haver uma fronteira metafísica. Entretanto, em termos imediatamente práticos ela está traçada, ainda que de maneiras extremamente diferentes, dependendo das sociedades de classes.

Na sociedade capitalista, predomina na educação a reprodução social, assim como o ajuste dos indivíduos à ordem preestabelecida, formando os indivíduos para o mercado de trabalho. Essa característica predomina com a consolidação da sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

Em cada modo de produção, devido às circunstâncias históricas, a educação responde às necessidades postas por cada tipo de sociedade e parte dessas necessidades são inerentes ao tipo de trabalho vigente em determinada época.

Entendemos a educação como uma ação provinda do próprio meio social, ou seja, nasce a partir da necessidade do homem em perpetuar-se como ser social, de se reproduzir socialmente. Pelas palavras de Lukács (1981, p. 114-115), a educação “é um processo

puramente social, é um formar e ser formado em termos puramente sociais [...] que consistem em uma cadeia, em uma continuidade dinâmica de decisões alternativas”. Os animais trazem em seus traços genéticos os meios de como irão sobreviver no universo. O homem dispõe de características genéticas, embora estas não o determinem, tornando possível essa passagem através do processo educativo, possibilitado por outros indivíduos, assim ela realiza sua tarefa ontológica, garantindo ao indivíduo a aquisição do patrimônio histórico objetivado pela humanidade.

No entanto, sabemos que no capitalismo seria impossível uma sociedade humanizada, a liberdade corresponde ao capital e não ao homem. Entendido isso, busca-se aqui elucidar, ainda que nos limites do capital, alternativas que nos apontem para uma educação para a emancipação humana, que favoreça o pensamento crítico e que se distancie de uma formação unilateral. Destarte, a partir de Tonet (2005), apresentamos os elementos para as atividades educativas emancipadoras.

As atividades educativas emancipadoras, segundo Tonet (2005), são um elemento de extrema relevância no embate da luta de classe atual, no sentido de possibilitar a construção da consciência revolucionária. Como bem lembra Lukács (2003, p. 140-142):

[...] a reação racional adequada, que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção, é a consciência de classe. Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem, etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência.

A busca pela manutenção do domínio e de privilégios exige a produção de falsas ideias que almejam, junto aos trabalhadores, legitimar posições privilegiadas na estrutura social. Assim, são necessários mecanismos estratégicos que mostrem a irracionalidade dessa legitimação diante do aprofundamento da barbárie capitalista, ou seja, “[...] uma concepção de mundo, do ser social, do processo histórico e da problemática do conhecimento” (TONET, 2005, p. 34).

Parafraseando Tonet (2005), para iniciar esse processo, algumas perguntas precisam ser feitas, por exemplo, sobre as condições históricas e se, nessas categorias, teria como agir contribuindo para a emancipação humana. Ressalta-se que a maior

pretensão desta investigação é a de contribuir para a formação do ser social, para a construção da consciência crítica e para a recongnição do sujeito com a sua história, inspirando a transformação social, uma vez que se parte do princípio marxiano de que esta só poderia ser conquistada e fundamentada na revolução das massas. Por conseguinte, as atividades educativas emancipadoras podem cooperar para a criticidade e o engajamento dos professores e estudantes nas lutas desenvolvidas pela classe trabalhadora.

A sociedade vigente demanda para a educação a responsabilidade da transformação social, mediando as mudanças dos moldes sociais com o papel da formação do trabalhador. Tonet (2005, p. 225) enfatiza que “cidadania não é sinônimo de liberdade efetiva e plena”. Para esse fim, o objetivo maior “deveria ser a emancipação humana”, pois ela tem sentido de “liberdade plena” e, diante do contexto histórico em que estamos inseridos, tornar-se livre move-se para uma necessidade da humanidade.

A crise estrutural do capital, que, segundo Mészáros (2009), é uma “profunda crise histórica”, vem se arrastando e intensificando as contradições capitalistas, admitindo cada vez mais as desigualdades entre as classes sociais. A burguesia carece de subterfúgios para continuar com o lucro e com a reprodução do capital, a fim de não dar margem ao crescimento da luta de classes.

A educação não pode ser subestimada diante da reprodução social e nem superestimada perante os seus limites na transformação social, visto que o trabalho é o ato que proporciona ao homem mudar do estágio natural para transformar-se em social. Ele é o principal responsável pela complexificação da sociedade e pela sua reprodução, assim como a compreensão do homem enquanto ser livre e da sua consciência a partir da luta de classes. Desse modo, as atividades educativas emancipadoras poderão auxiliar na formação do indivíduo se atreladas à consciência de classe.

Tonet (2005) propõe cinco requisitos para o desenvolvimento do processo educativo emancipador. O primeiro é atribuído ao conhecimento do fim que se almeja alcançar; o segundo, ao conhecimento do processo histórico; o terceiro, ao conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação; o quarto é o domínio dos conteúdos específicos e o quinto, a articulação entre educação e as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas. Esses requisitos podem compor dentro do âmbito escolar atividades voltadas à formação humana.

O primeiro requisito trabalha como imprescindível o conhecimento do fim que se almeja. O fim almejado é a emancipação humana. Vale ressaltar que esse primeiro ponto é relevante para que os docentes possam desenvolver essa atividade, pois, tomando-o como princípio em seu processo de ensino, este deverá ocorrer com maior transparência aos alunos, assim como às famílias que acompanham esse educando, articulando a apresentação da relevância desse fim. Para tanto, é necessária uma formação docente fundamentada numa perspectiva crítica dialética com vistas a reflexões voltadas para emancipação humana.

O conhecimento da finalidade é uma convicção na racionalidade do trabalho (ontologicamente apreendido), o que vai além das formas sociais do capital, como a cidadania, a democracia, entre outras, também compreendidas como libertação humana, ou encontrar possibilidades de formação ou meios adequados para a emancipação humana.

É indispensável a análise de “que essa emancipação não é um conceito único, mas, na verdade, uma constelação de conceitos articulados entre si” (TONET, 2005, p. 227). Trata-se de assimilar o complexo social como um todo, partindo da matriz fundante: o trabalho, daí “o porquê do domínio sólido e profundo, racionalmente sustentado, ser da mais alta importância” (TONET, 2005, p. 229). Tonet explica ainda:

Trata-se, pois, de formar convicções profundas, mas ancoradas em argumentos rigorosamente racionais. Mais ainda: não se trata de qualquer racionalidade, porque, afinal, a sociabilidade do capital também está assentada numa bem articulada racionalidade (ainda que fenomênica). Trata-se de fundar as convicções na racionalidade do trabalho (ontologicamente entendido). Isto significa ancorá-las no processo social como totalidade matrizada pelo trabalho, na medida em que este é a raiz de uma sociabilidade verdadeiramente livre (TONET, 2005, p. 227-229).

Para Tonet (2005, p. 232), o segundo requisito deve-se à “apropriação de conhecimento a respeito do processo histórico real”, isto é, o conhecimento da realidade social, bem como todo o processo histórico da sociedade, para que dela se possam impulsionar possíveis mudanças. Para isso, é preciso buscar um saber de base ontológica. Tonet explica, ainda, que:

É preciso, pois, buscar um saber de base ontológica, regido pelo princípio da totalidade e inseparável da afirmação de que o processo de produção material é a matriz ontológica do ser social. Também este é um trabalho muito penoso e difícil nas circunstâncias atuais. Como a perspectiva de um saber de base ontológica é quase que totalmente desconhecida e/ou rejeitada pelo universo intelectual, ela exige um investimento redobrado. Isso porque não se trata só de construir um saber – o que já exige sempre um grande esforço –, mas de fazer a crítica do saber produzido na perspectiva dominante, em suas variadas formas, e de construir um outro saber, com aquele caráter radicalmente crítico. (TONET, 2005, p. 233).

É de fundamental importância ter o conhecimento do campo específico da educação. Tonet (2005) mostra essa relevância como o terceiro requisito, pois é a partir dele que a sociedade em geral e, de maneira especial, o educador poderão entender a educação como fundamental para a construção de um novo modelo social. Assim, é necessária uma articulação coerente sobre a teoria. Para se chegar ao fim almejado, que é a sociedade efetivamente emancipada, a teoria deve ser fundada na ontologia do ser social, para que o conhecimento possa embasar uma atividade consciente, o que afasta a possibilidade de substituir ou mudar o foco da proposta da educação emancipadora.

O quarto requisito das atividades educativas trabalha o domínio e a valorização dos conteúdos. Tonet (2005) certifica que a conduta do docente para com o conhecimento dos conteúdos é de grande relevância, pois a articulação do conteúdo específico e a prática social serão responsáveis pelas contribuições que farão a distinção para a educação emancipadora:

[...] de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a elas se tiver um saber medíocre, posto que a efetiva emancipação da humanidade implica na apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje. (TONET, 2005, p. 234).

Reiteramos a notoriedade do conhecimento dos conteúdos sistematizados para os educandos, uma vez que eles formam-se adquirindo uma concepção de mundo também a partir da necessidade de “compreender a natureza e realizar o seu intercâmbio com ela” – o que favorece o seu crescimento. De tal modo, recuperamos as palavras de Tonet (2005, p. 236), para quem: “a atividade educativa é tanto mais emancipadora quanto mais e melhor exercer o seu papel específico.”

A verdadeira emancipação humana pode acontecer a partir da luta de classes, em especial, pela derrubada do poder da burguesia pelo proletariado. Assim, a atividade educativa delinea-se na sociedade do capital como atividade emancipadora.

O quinto e último requisito das atividades educativas emancipadoras traz uma conexão entre a prática educativa e as lutas de classes. É nesse processo que discentes e docentes interagem com a realidade social, fazendo emergir o conhecimento científico adquirido em sala, a fim de concretizá-lo em âmbito prático.

Nesse processo, professor e aluno almejam uma consciência de que essa transformação social se funda primordialmente no trabalho e, por conseguinte, requer a superação do trabalho explorado. Dessa forma, a educação poderá contribuir sobremaneira na contraposição à hegemonia do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo preocupou-se em contribuir com a discussão sobre o indivíduo e seu processo de formação de modo a destacar a evolução do desenvolvimento humano e suas metamorfoses para a configuração do ser social. Para tanto, discutimos o processo de formação da força de trabalho no capitalismo e apresentamos uma alternativa de formação na perspectiva da emancipação humana.

Sobre as atividades educativas emancipatórias consideramos que pressupõem uma fundamentação teórica com base no processo de autoconstrução do homem por meio do trabalho e das possibilidades oferecidas ao gênero humano para a ampliação da esfera da individualidade.

O trabalho como complexo social é responsável por esse processo de humanização do homem, o qual também se transformou ao longo da história. Consideramos que somente a partir de uma compreensão histórica dos processos de formação social, tanto do indivíduo, quanto da análise da evolução do complexo educativo, pelo qual se efetiva esse processo de reprodução individual e social, é possível uma formação voltada para a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. 2007. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

DUARTE, Newton. **Educação escolar teoria do cotidiano e a escola de Vigotsky**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: um estudo crítico-comparativo do construtivismo, da teoria do professor reflexivo e da psicologia vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Formação de Professores).

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, György. **Per una ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Riuniti, 1981. v. I, II, III.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. I.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx e Engels).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx e Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx e Engels).

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MORAES, Betânia Moreira de. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista**: um estudo a partir do livro primeiro de O Capital de Karl Marx. 2007. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

Enviado em: 22.04.2021

Aceito em: 24.08.2021

Publicado em: 10.09.2021